

Economia Reforma laboral

Hora da Verdade

Helena Pereira e Sandra Afonso (Renascença) Texto
Daniel Rocha Fotografia

João Vieira Lopes deixa esta semana a presidência da Confederação de Comércio e Serviços (CCP), ao fim de 16 anos. O testemunho será passado a Gustavo Duarte, líder da Associação Nacional dos Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias. Em entrevista ao PÚBLICO-Renascença, o membro mais antigo da Concertação Social diz estar pouco confiante num acordo para a revisão das leis laborais e manifesta as suas preocupações pela negociação que se poderá seguir no Parlamento. Em jeito de balanço, insiste na necessidade de as empresas portuguesas ganharem escala para serem mais competitivas e lamenta a baixa taxa de sindicalização dos trabalhadores portugueses.

A Concertação Social volta a reunir-se a 7 de Maio. Ainda acredita num acordo sobre o pacote laboral?

Neste momento, considero extremamente difícil. No entanto, ao longo da experiência da Concertação Social, já houve alterações inesperadas. Portanto, até ao último dia mantemos as expectativas. Mas neste momento é difícil.

A ministra do Trabalho fala num último esforço. Acha que ainda há margem para cedências depois de nove meses de negociação?

O modo como este tema tem sido historicamente abordado tem sido muito marcado quer por aspectos de posicionamentos ideológicos, quer políticos, quer porque a própria legislação de trabalho é uma legislação muito complexa e que tem um impacto bastante grande na economia e na sociedade. Por isso preocupa-nos que o que passa desta discussão nem sempre corresponde exactamente aquilo que a realidade mostra.

Nós tínhamos um objectivo de mudar três ou quatro pontos, que eram a questão do *outsourcing*, o banco de horas, os contratos a prazo e a questão dos despedimentos. O Governo optou por apresentar uma proposta muito mais alargada, com cerca de 100 artigos. É uma opção política que respeitamos.

Há vontade de negociar da parte do Governo e da parte da UGT ou estamos num simulacro de negociações, como o PS dizia na semana passada?

Não, há vontade de negociar



CCP teme radicalismos e imprevisibilidade do Chega

João Vieira Lopes Presidente da Confederação de Comércio e Serviços diz ser “extremamente difícil” ainda vir a existir acordo na Concertação Social

desde o princípio.

O Governo fez mal em ir pelo caminho de rever toda a legislação em vez de se centrar em quatro pontos pretendidos pelas associações patronais?

O Governo fez uma opção política legítima com um documento com bastante qualidade técnica e que, de uma maneira geral, considerámos positivo.

Mas teria sido mais fácil para as negociações se se tivesse limitado a estes pontos essenciais?

Dissemos desde o princípio que negociar um documento tão amplo seria complicado.

Acha que a UGT está a faltar à verdade, como acusou a CIP?

Eu não digo que está a faltar a verdade. Eu não vou por aí. Mas em relação à questão da reintegração de trabalhadores despedidos, aquilo que é proposto é que passa a ser o tribunal a decidir e não os patrões. E aí, de facto, nem sempre a UGT tem passado a mensagem autêntica. Ou seja, não há qualquer possibilidade de o patrão decidir unilateralmente isto.

A discussão está a ser feita com muito ruído mediático, com muito preconceito ideológico e político de todas as partes. Aqui não há inocentes.

A UGT estará com essa atitude a dinamitar as possibilidades de um acordo?

Eu não sei se se é a UGT, se são sindicatos da UGT, se é a direcção da UGT ou a comissão executiva que ou não está a conseguir explicar ou não está convencida.

E ainda assim vale a pena arrastar mais a negociação?

Da nossa parte, vemos muita dificuldade porque todos estes problemas já foram passados e repassados. Mas eu também não faço grandes dramatizações. A legislação laboral é um elemento importante, mas para a produtividade é determinante a capacidade de investimento, a capitalização das empresas. Mas a Terra continua a girar à volta do Sol.

Portanto, se não houver nova legislação laboral, também não é um drama para as empresas?

É negativo, porque achamos que o conjunto de concessões que as confederações empresariais fizeram tornou esta proposta melhor para os sindicatos do que a proposta do Governo.

A ministra já disse que sem acordo será apresentada aos deputados a proposta inicial.

Espera que esta proposta ainda inclua algumas das medidas sugeridas pelas confederações?

A ministra não disse exactamente isso. A ministra disse que nessa proposta poderia incluir algumas das formulações adquiridas nesta

discussão. Mas não nos informou de quais.

A experiência histórica demonstra que as propostas que foram consensualizadas na Concertação Social tiveram menos alterações na Assembleia. Portanto, preferimos que se discuta sobre um documento consensualizado. Evitaria também alguns dos radicalismos que aparecem sempre de todas as partes nas centenas de propostas da Assembleia.

Fala em propostas radicais. O que é que teme, nomeadamente da parte do Chega, com quem o Governo negociará as leis laborais?

O Chega é um partido recente que não tem história nesta área, nem tem sido uma das suas principais preocupações. Portanto, para nós, é sempre uma incógnita. Já falámos algumas vezes com o Chega sobre estes temas, mas não consideramos ter um conhecimento aprofundado sobre qual é a sua posição face a uma alteração tão ampla da legislação. **Mas consegue perceber se o Chega está mais próximo das ideias das confederações ou das dos sindicatos?**

Um coisa sim, outras coisas não, portanto, não temos nenhuma ideia sobre qual é a estruturação final das suas posições.

Pode ser imprevisível a solução final negociada no Parlamento, é isso?

Exactamente. Será mais previsível uma negociação na base de temas consensualizados na Concertação Social do que uma negociação aberta.

Sem acordo, esperam o veto do Presidente da República às alterações à lei laboral?

Não faço ideia nenhuma de quais são as condições que o Presidente considera neste momento em face da proposta que existe.

Acha que ele já pode ter mudado de opinião relativamente àquilo que disse em campanha, que não aceitaria

“

A discussão está a ser feita com muito ruído mediático. Aqui não há inocentes

[Se as leis laborais não forem aprovadas] a Terra continuará a girar à volta do Sol

Infelizmente para Portugal, a taxa de sindicalização é baixa

alterações sem acordo?

Sobre esse tipo de situações, não sou comentador político, não especulo.

Esta é a semana em que se assinala mais um 1.º de Maio e já há greves marcadas para o Dia do Trabalhador. Antecipa constrangimentos no sector, sobretudo o retalho alimentar?

Normalmente existem, mas nunca têm grande impacto, embora perturbem o funcionamento de alguns pontos de venda.

Infelizmente para Portugal, a taxa de sindicalização é baixa, a influência dos sindicatos é muito heterogénea conforme os sectores e conforme a dimensão das empresas. Aliás, o facto de o tecido empresarial português ser essencialmente um tecido de pequenas e microempresas limita muito a adesão sindical em termos de motivação.

Ao fim de 16 anos, vai passar a pasta na Confederação do Comércio e Serviços. Nestes anos assinou acordos com vários ministros do Trabalho. Qual foi o acordo que destaca como mais importante?

Pelas circunstâncias históricas, foi aquele que foi realizado no período da *troika*. Foi um acordo difícil em que a situação, quer nacional, quer internacional, era muito, muito complexa.

Esse acordo teve um mérito de mostrar que Portugal conseguiu fazer um acordo de concertação social, sob esse ponto de vista, teve uma importância até internacional. A UGT na altura entendeu que teria que fazer determinados compromissos e as organizações empresariais também não foram maximalistas.

O que é que fica por fazer e que deixa em aberto para o seu sucessor, Gustavo Duarte?

Fica por fazer muita coisa. O grande desafio é a afirmação do comércio e serviços como elemento estruturante e dinamizador da economia. Estes sectores não têm sido suficientemente apoiados. Aliás, é nesse contexto que, pela primeira vez, a CCP vai ter como presidente um elemento da área dos serviços, que é o sector dos transportes e mercadorias que tem um papel vital na cadeia de valor. E esta é uma batalha muito importante que tem de ser travada. Ou Portugal cresce no valor acrescentado ou não vale a pena termos ilusões de que vamos conseguir aumentar a produtividade e aumentar os padrões salariais.

Há outra questão que é a escala. É completamente impossível Portugal atingir os padrões médios de produtividade europeia com esta estrutura empresarial. O *small is beautiful* é muito bonito em termos ideológicos, mas a dimensão média das empresas tem de evoluir. Quando crescem, as empresas têm mais capacidade de investimento em tecnologia, têm mais capacidade de absorver quadros qualificados, etc. **Já admitiu a revisão dos horários do comércio aos domingos e feriados. Isso chegou a ser lançado ou fica para o seu sucessor?**

Portugal tem horas de trabalho a mais. As janelas horárias em Portugal são muito grandes. Se as reduções de horários forem feitas de uma forma organizada e de acordo com o comércio em geral, e forem uniformizadas, elas vão também ajudar o aumento da produtividade, porque se vai vender o mesmo. Neste momento, estamos muito longe. Quando se fala nisso é quase considerado um pecado.

CGTP prepara greve geral para 3 de Junho e UGT admite juntar-se

Raquel Martins

A data será anunciada pelo secretário-geral da CGTP, Tiago Oliveira, no 1.º de Maio. UGT remete decisão para depois da concertação

A CGTP vai avançar com uma greve geral no dia 3 de Junho, em protesto contra a reforma da legislação laboral proposta pelo Governo de Luís Montenegro. A data foi acertada na reunião do conselho nacional de ontem, e será anunciada pelo líder da CGTP, Tiago Oliveira, no final do desfile do 1.º de Maio, em Lisboa. A UGT não afasta vir a juntar-se ao protesto, mas essa decisão só deverá ser tomada depois da Comissão Permanente de Concertação Social, marcada para a próxima semana (7 de Maio).

Fontes da CGTP confirmaram ao PÚBLICO que o dia 3 de Junho foi a data acertada para a greve geral (tal como a Renascença já tinha avançado).



A 11 de Dezembro de 2025 realizou-se uma greve geral convocada pela UGT e pela CGTP contra a reforma

do), uma decisão que terá merecido a oposição da tendência socialista.

Na reunião, duas dezenas de sindicalistas propuseram que apenas se anunciasse a realização da greve no mês de Junho, deixando a decisão sobre o dia para depois da reunião da CPCS, dando assim espaço à UGT para terminar o processo. A proposta acabou por não ser viabilizada pela maioria.

Questionado pelo PÚBLICO sobre a data da greve, o líder da CGTP, Tiago Oliveira, remeteu o anúncio para a próxima sexta-feira. Mas deixou claro que “todas as formas de luta estão em cima da mesa, incluindo a greve geral”. “Vamos apresentar no 1.º de Maio aquilo que foi a discussão do conselho nacional e a proposta de continuarmos a assumir aquilo que temos assumido ao longo destes nove meses. Ao longo destes meses, demonstrámos que os trabalhadores estão conscientes, informados e disponíveis para o combate”, sublinhou.

Questionado sobre se têm havido conversas com a UGT relacionadas com a realização de uma greve geral conjunta, o secretário-geral da CGTP

confirmou que sim. “A condução da luta e os objectivos da luta têm sido discutidos, como no passado dia 11 de Dezembro, houve conversas entre as duas centrais. É natural que, para discutir a continuação da luta e aquilo que deve ser o caminho para derrotar o pacote laboral, estes contactos continuem a existir”, destacou.

O secretário-geral da UGT, Mário Mourão, confirma os contactos com a CGTP e admite juntar-se à greve geral de 3 de Junho, à semelhança do que já aconteceu em Dezembro, mas ainda é cedo para tomar essa decisão, afirma.

“Não podemos falar de uma greve geral quando ainda no dia 7 [de Maio] temos uma reunião na CPCS [Comissão Permanente de Concertação Social]”, afirmou.

“A UGT não tem nada em cima da mesa, mas não exclui a greve nem nenhuma forma de luta”, acrescentou.

Depois da reunião, se não houver acordo com o Governo e com as confederações patronais, a UGT “vai discutir com os seus sindicatos as formas de luta que devemos travar e se é possível fazermos com a outra central sindical um entendimento para que haja formas de luta, não excluindo qualquer uma delas, incluindo a própria greve geral”, sustentou Mário Mourão.

Caso a convergência das duas centrais sindicais se venha a concretizar, esta será a segunda greve geral que o Governo de Luís Montenegro irá enfrentar nos últimos seis meses, em protesto contra as alterações à legislação laboral. A primeira teve lugar a 11 de Dezembro.

Montenegro responde

O tema também esteve em cima da mesa no debate quinzenal de ontem com o primeiro-ministro. Luís Montenegro disse que aguarda “serenamente” a posição das entidades sindicais “sobre essa jornada de contestação”. “Não colocamos em causa o exercício legítimo do direito à greve”, disse o primeiro-ministro, insistindo na relativização dos impactos da primeira greve geral.

E garantiu que não vai desistir de ter um “país mais rico” e “mais justo”. “Ninguém diz” que o país vai acabar se a legislação laboral não for revista, reconheceu, voltando a chamar a atenção para um ranking de 39 países – que não identificou – em que Portugal surge em penúltimo lugar em termos de rigidez da legislação laboral. **com Filipe Santa-Bárbara**

